

ENTREVISTA: A CONSOLIDAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA

DANIELA DA COSTA BRITTO PEREIRA LIMA

ESTELAMARIS T. MONEGO

(ORGANIZADORAS)



Lúcia de Fátima
Guerra Ferreira



Delmar Ferreira
Rezende



Giselle Ottoni

Daniela e Estelamaris - A seu ver, quais são os princípios básicos para o desenvolvimento e a institucionalização da Extensão pelas Universidades Brasileiras?

Lúcia de Fátima Guerra Ferreira:

A luta pela institucionalização da extensão tem acompanhado a história das universidades brasileiras, com maior reforço a partir da criação do FOR-PROEX, em um processo de avanços e retrocessos. Pela sua amplitude e complexidade, os avanços são lentos e não atingem a todos os espaços universitários ao mesmo tempo ou na mesma profundidade.

Os elementos fundamentais para a institucionalização da extensão passam pelos âmbitos acadêmicos e administrativos, quer tratem da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, do reconhecimento como atividade acadêmica curricular, do impacto na formação do estudante, ou da inserção nos parâmetros e indicadores na matriz de alocação de recursos e vagas de docentes e de técnicos, no devido reconhecimento nos processos seletivos e no cômputo da produção acadêmica para ascensão funcional, entre outros.

Nesse sentido, a flexibilização curricular apresenta grande relevância, como possibilidade de reconhecimento da extensão no processo de formação dos estudantes universitários, a partir da ampliação do conceito de sala de aula, considerando os processos de aprendizagem nos mais diversos espaços, com base na interdisciplinaridade e visando a produção de conhecimento significativo e pertinente aos desafios postos pelas condições de vida da população brasileira.

Essa inserção da extensão no currículo está fundamentada no preceito constitucional da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, na LDB (1996) e em outros documentos normativos, mas a sua implementação tem enfrentado resistências. Existem experiências e exemplos consolidados de modelos curriculares mais flexíveis, incorporando as atividades extensionistas, mas são notórias as limitações em termos de abrangência nos diversos cursos ou universidades que compõem o sistema nacional de educação universitária. O Plano Nacional de Educação - PNE (2001/2010) chegou a incluir uma meta de destinação de, no mínimo, 10% da carga horária para a integralização curricular dos cursos de graduação serem dedicadas às atividades de extensão. Não se tem registros que comprovem o atingimento dessa meta e ela não foi reiterada no novo PNE (2015/2014).

Os caminhos da crítica aos modelos clássicos de produção do conhecimento podem e tem ajudado ao reconhecimento da extensão com suas metodologias dialógicas e participativas, e uma visão de mundo na qual os problemas e soluções se articulam para além das fronteiras disciplinares. Vale ressaltar que os princípios afirmados pelo FORPROEX ampliam e dão sentido a ação extensionista, ao tratar da relação entre os saberes, da polifonia do conhecimento, do reconhecimento do papel dos diversos sujeitos envolvidos na extensão, fundamentando-se nas ideias de Paulo Freire, Boaventura de Sousa Santos, Edgar Morin, entre outros.

Além disso, a reafirmação do compromisso social da universidade coloca a extensão como prática acadêmica que potencializa a interligação da

universidade com os demais setores da sociedade, contribuindo para a formação do profissional cidadão e ampliando a produção de conhecimento significativo, no sentido da superação das desigualdades sociais.

Por fim, outro princípio que consideramos básico tanto para a institucionalização como para o desenvolvimento da extensão é a garantia, com efetiva operacionalização, da isonomia entre as atividades-fim da universidade brasileira, quais sejam o ensino, a pesquisa e a extensão. Não se trata aqui de retomar o discurso da extensão como o “primo pobre”, e vitimizar a extensão. Alguns avanços nesse processo já ocorreram, mas muito ainda há o que fazer.

Delmar Ferreira Rezende:

A meu ver os princípios básicos pelos quais as Universidades Brasileiras devem se orientar são aqueles já instituídos pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e pela Constituição Brasileira onde se prevê que a Educação é um direito de todos e de cada um. Nesse sentido, entendo que as instituições também são responsáveis pela correta interpretação e adequação deste conceito, uma vez que as mesmas é que desenvolvem o sistema educacional brasileiro na prática. Outra questão é lutar incessantemente para que a Extensão Universitária não seja apenas um apêndice, mas que tenha relevância e prioridade nos temas que desenvolve em suas pesquisas. Acredito ainda, que a Universidade deve se aproximar mais da população, pois assim obterá maior força coletiva e apoio popular em defesa de suas lutas políticas e na obtenção de mais recursos para desenvolver melhores programas de extensão e pesquisa.

Giselle Ottoni

Em minha opinião, são três os princípios básicos para o desenvolvimento e a institucionalização da Extensão Universitária. O primeiro é o reconhecimento da importância da Extensão no processo da formação dos estudantes. Apesar de a constituição brasileira definir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na educação superior, este entendimento precisa ser ampliado para sua consolidação. O segundo princípio é o comprometimento com a Extensão de qualidade, para que esta exerça seu papel. Para isto, é necessário ampliar-se a avaliação da Extensão de forma a qualifica-la. O terceiro princípio diz respeito ao empenho governamental e de gestão das universidades para que esteja garantido o financiamento para a Extensão, de forma a promover seu desenvolvimento e institucionalização.

Daniela e Estelamaris - Considerando a importância do atual momento para a consolidação da Extensão pelas Universidades no Brasil enquanto atividade acadêmica que articula o Ensino, a Pesquisa e viabiliza a relação entre universidade e sociedade, como o senhor ou a senhora visualiza as principais conquistas já alcançadas e os principais desafios ainda a serem superados nessa institucionalização?

Lúcia de Fátima Guerra Ferreira:

As conquistas da Extensão Universitária nos períodos mais recentes estão alicerçadas em lutas que datam do final da década de 1980, mais precisamente quando o FORPROEX foi criado em 1987. Naquele momento, a sociedade brasileira passava por um processo de abertura política e de transição entre um período de governos autoritários e a reorganização de movimentos em prol da democratização. Esse foi um dos momentos marcantes no repensar a universidade brasileira no contexto das lutas pelo ensino público, gratuito e de qualidade, pela autonomia e democratização. As conclusões e recomendações aprovadas naquele primeiro encontro em 1987 tiveram ressonância na Constituição brasileira de 1988, que no seu artigo 207, estabelece o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira para as universidades.

Nessas quase três décadas, merece registro que em cada uma delas se identificam conquistas e dificuldades. Todavia, nos anos de 2000 as conquistas alcançadas foram mais significativas, a exemplo da criação do Programa de Apoio à Extensão – PROEXT, em 2003, sob a coordenação da Secretaria de Educação Superior (SESU/MEC), com aporte financeiro do MEC e, posteriormente, ampliado com investimentos de vários ministérios. Este programa encontra-se consolidado, com editais anuais ininterruptos, voltados para as instituições de ensino superior (IES) públicas – federais, estaduais e municipais desenvolverem programas e projetos direcionados ao fortalecimento de políticas públicas.

Outra grande conquista foi a ampliação de indicadores da extensão no Censo da Educação Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), atingindo todas as IES, públicas e privadas. Tendo em vista divergências dos técnicos quanto a confiabilidade e auditoria dos dados, após alguns anos, ocorreu um retrocesso e os indicadores foram drasticamente reduzidos, retornando à situação anterior.

Merece destaque a regulamentação da concessão de bolsas para extensionistas, pelo Decreto nº 7.416, de 30.12.2010, que regulamenta os arts. 10 e 12 da Lei nº 12.155, de 23.12.2009, que tratam da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária; e da inserção da extensão entre os parâmetros para a matriz de distribuição orçamentária e financeira das universidades federais, pelo Decreto nº 7.233, de 19.07.2010.

Por outro lado, a agenda de desafios tem se ampliado nestes últimos tempos, tanto no sentido de garantir conquistas que estão ameaçadas, não só as de interesse direto do meio universitário e extensionista, mas àquelas que dizem respeito à sociedade como um todo no sentido de não se permitir retrocessos nos direitos já garantidos e ameaças aos pilares da democracia brasileira.

Dentre os inúmeros desafios já elencados nos documentos do FORPRO-EX, destaco três: a efetiva inserção da extensão nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, com impactos diretos na formação do estudante e na produção acadêmica; o fortalecimento do papel da extensão como indutora de processos de transformação e de empoderamento, no sentido das transformações sociais que promovam a dignidade humana; e a ampliação dos recursos e modalidades de financiamento, que propiciem as condições objetivas e operacionais para a implementação das ações de extensão.

Delmar Ferreira Rezende:

Entre as principais conquistas alcançadas pode-se dizer que a manutenção e o aumento das verbas públicas tem o maior destaque, tendo em vista que, sem os devidos recursos financeiros seria difícil manter o interesse tanto dos acadêmicos quanto das universidades. Quanto aos principais desafios cito o interesse e a disposição dos professores e pesquisadores universitários em deslindar e se adequar à legislação imbuída na Extensão Universitária. E também a disponibilidade dos docentes para desenvolver projetos de pesquisa que sejam de interesse público e científico mas que instiguem a participação dos acadêmicos estimulando assim o desenvolvimento social, a cidadania e a visão crítica e tecnológica desses estudantes.

Giselle Ottoni

Uma dos principais conquistas para a Extensão foi o amadurecimento acerca das diretrizes da Extensão, estabelecendo-se a importância da troca de conhecimento entre a Universidade e os demais segmentos da sociedade. Esta

conquista contribui, sem dúvidas, para a inovação da educação superior. Entre os desafios, os principais são o estabelecimento de indicadores para a avaliação da Extensão, a ampliação dos recursos financeiros para a Extensão e o cumprimento da estratégia da meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, que é assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para as áreas de grande pertinência social.

Daniela e Estelamaris – Um dos pontos tratados no documento da “Política Nacional de Extensão Universitária”, desenvolvido pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de educação Superior Brasileira (FOR-PROEX – 2012) diz respeito à relação da extensão com as políticas públicas. A seu ver, como podemos estreitar as relações das Ações de Extensão com as políticas públicas, de maneira a contribuir com o desenvolvimento social?

Lúcia de Fátima Guerra Ferreira:

A relação da Extensão Universitária com as políticas públicas está entre as diretrizes que devem orientar as ações extensionistas, na sua formulação, implementação e avaliação, tendo expressão maior no que tange à expectativa de impacto e transformação social. Ao buscar estabelecer uma relação com os demais setores da sociedade, a extensão aproxima-se dos problemas e necessidades da maioria da população, bem como das políticas públicas, e daí se afirma o compromisso social e político com a transformação.

Essa aproximação com a população proporciona aos extensionistas um conhecimento profundo sobre a realidade e a possibilidade de sistematização e produção de novos conhecimentos. Contudo, para além da estrita produção acadêmica, essa aproximação contribui para uma formação cidadã mais ampla, com o despertar da indignação diante das condições de vida da grande maioria da população, e da transformação desse sentimento em ações de cooperação e instigadoras do protagonismo dessa população.

A extensão universitária, ao se organizar em áreas temáticas – Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho, explicita o seu compromisso com as políticas públicas desses macrocampos, considerados prioritários, que além de amplos possuem fronteiras flexíveis com interfaces transversais e intersetoriais.

Entre as grandes preocupações presentes nos debates e orientações do FORPROEX estão a contribuição das ações de Extensão para o desenvolvimento social – local, regional e nacional, e a relação com as políticas públicas. Mas como fazer isso, sem perder de vista as especificidades da missão da universidade? Apresentamos a seguir alguns pontos que consideramos relevantes nesse debate. A capacidade instalada nos campi das universidades públicas pode e deve ser colocada à disposição da população para o atendimento direto, com a prestação de serviço, por meio das clínicas, hospitais universitários, escritórios e agências, dentre outras formas. No que tange à ação extensionista no sentido estrito da palavra, a universidade vai executar o que lhe é próprio, mas não substituir ou realizar o que compete a outras instituições e órgãos. Ou seja, a extensão universitária, a partir da capacidade e potencial identificados nas áreas temáticas, tem a obrigação de contribuir para a solução de problemas que afligem a população.

Nesse sentido, as estratégias colaborativas são as mais indicadas para motivar e fortalecer as relações da Extensão com as políticas públicas, em todas as fases que envolvem a formulação, a execução e a avaliação das ações em parceria, quais sejam na realização de diagnósticos e identificação das necessidades, na definição de metas e estratégias, no monitoramento da execução, na construção dos parâmetros avaliativos, entre outros.

O diferencial da presença da extensão universitária junto aos gestores públicos na implementação de políticas públicas, é que com ela fomenta-se substancialmente o protagonismo e o empoderamento da comunidade nesse processo, bem como a ampliação de mecanismos de controle social.

Essa percepção do papel a ser desempenhado pela extensão na relação com as políticas públicas objetivando o desenvolvimento social, passa por um posicionamento político, para além de organizações partidárias, implicando na identificação de aliados para as causas prioritárias, com firmeza para o enfrentamento de forças conservadoras e contrárias a horizontalidade nas relações e decisões.

Delmar Ferreira Rezende:

Essas relações podem ser estreitadas através da observância dos temas pesquisados e de maior relevância da sociedade atual, pela articulação com possíveis parceiros, e disposição de superar os entraves burocráticos e as dificuldades logísticas, físicas e geográficas das áreas pesquisadas. E como exemplo

prático, posso citar o impacto social causado pelas ações de extensão universitária desenvolvidas na escola e comunidade /região onde resido e trabalho há mais de 20 anos, o que me possibilita inclusive analisar criticamente o antes e depois dessas interações. A questão inicial, sem dúvida foi a ampliação de oportunidades educacionais, a transferência de conhecimentos e a inclusão de grupos sociais, mas a troca de experiência entre o saber popular e o acadêmico e os demais resultados positivos foram cada vez mais relevantes, tanto para os docentes e alunado local quanto para a formação prática dos acadêmicos envolvidos nos projetos de pesquisa. Então, para estreitar as relações entre Extensão Universitária e políticas públicas o principal mesmo é ter coragem de enfrentar e assim poder superar os desafios exteriores ao campus universitário, se articular com as instituições locais que já atuam naquelas áreas e temas e ir ao encontro dessa sociedade, na maioria jovens, que clamam e pulsam por conhecimento e evolução tecnológica nesse mundo cada vez mais globalizado. Outro aspecto que também deve ser ressaltado é a valorização intelectual e financeira daqueles profissionais que trabalham diretamente com extensão, isso contribuiria positivamente para transferi-los do limbo “idealistas e missionários” para a categoria de pesquisadores de alto nível que trabalham diretamente para o avanço socioeconômico, intelectual e tecnológico do país. Para isso acontecer há necessidade de maior aporte financeiro destinados às Universidades que trabalham seriamente com Extensão e incentivos e premiações às Universidades e Professores que mais se destacarem no exercício de suas funções, especialmente aos que obtiverem resultados mais palpáveis e expressivos, frutos de sua ação naquela comunidade ou região. Há que se publicar e divulgar tais resultados a fim de torná-los úteis para a sociedade como um todo naquele espírito de agir localmente pensando globalmente, afinal conhecimento é poder.

Giselle Ottoni

O papel da Extensão na realização de políticas públicas é enorme, mas o governo ainda não percebeu isto. O PROEXT, maior programa de fomento da Extensão Universitária no país e coordenado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, tem um importante papel a favor das políticas publicas. São vinte linhas temáticas que atendem políticas públicas, elaboradas pelos ministérios parceiros no programa. Desde sua criação até os dias de hoje houve um aumento significativo no total de recursos para este

programa e a contribuição dos ministérios na elaboração das linhas temáticas e avaliação das propostas concorrentes. Penso que, apesar disto, o governo não usa o potencial deste programa no atendimento às políticas públicas e ao desenvolvimento social. Se os resultados do PROEXT fossem conhecidos, acredito que haveria um aumento substancial nos recursos do programa. Existe uma grande quantidade de excelentes projetos que não são contemplados com recursos e que poderiam estar contribuindo para o desenvolvimento social do país. Portanto, a meu ver, o aumento de recursos do PROEXT seria um grande passo para estreitarmos as relações das ações de Extensão com as políticas públicas, de maneira a contribuir com o desenvolvimento social.